



MIDAS

Museus e Estudos Interdisciplinares

20 | 2025

Varia

Restos humanos em coleções museológicas: controvérsias e dilemas éticos. Entrevista com Ana Luísa Santos

Human remains in museum collections: controversies and ethical dilemmas.

Interview with Ana Luísa Santos

Ana Luísa Santos, Elisa Noronha e Patrícia Roque Martins



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/midas/6285>

DOI: 10.4000/146va

ISSN: 2182-9543

Editora

CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História Culturas e Sociedades da Universidade de Évora

Este documento é disponibilizado por Faculdade de Letras da Universidade do Porto



Refêrencia eletrónica

Ana Luísa Santos, Elisa Noronha e Patrícia Roque Martins, «Restos humanos em coleções museológicas: controvérsias e dilemas éticos. Entrevista com Ana Luísa Santos», *MIDAS* [Online], 20 | 2025, posto online no dia 04 junho 2025, consultado o 07 janeiro 2026. URL: <http://journals.openedition.org/midas/6285> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/146va>

Este documento foi criado de forma automática no dia 15 de novembro de 2025.



The text only may be used under licence CC BY-NC-SA 4.0. All other elements (illustrations, imported files) may be subject to specific use terms.

Restos humanos em coleções museológicas: controvérsias e dilemas éticos. Entrevista com Ana Luísa Santos

*Human remains in museum collections: controversies and ethical dilemmas.
Interview with Ana Luísa Santos*

Ana Luísa Santos, Elisa Noronha e Patrícia Roque Martins

Elisa Noronha e Patrícia Roque Martins (EM e PRM) – Gostaríamos que nos contasse um pouco sobre o seu percurso na área da antropologia biológica, nomeadamente, qual foi o momento e como se vai cruzar com as coleções e exposições museológicas de restos humanos?¹

- Ana Luísa Santos (ALS)** – Tirei a licenciatura em Biologia na Universidade de Coimbra e, por minha grande sorte, o plano de estudos que existia na época obrigava a fazermos uma disciplina na área da Antropologia e permitia que fizéssemos muitas outras, caso assim o entendêssemos. Havia uma [disciplina] obrigatória e havia a possibilidade de fazermos outras que seriam optativas, em vez de outras disciplinas tradicionalmente na área da Biologia. Eu fiz a disciplina obrigatória – Antropologia Geral – na altura com o Professor Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia e pensei: “– está aqui, é isto!”. E, portanto, fiz todas as disciplinas que existiam, eu penso mesmo que foram todas as que eu podia fazer na área da Antropologia. O que foi um bocadinho inconsciente, – eu às vezes até conto isto aos alunos –, porque em Biologia havia um lugar seguro, até como professora de Ensino Secundário, na época, estamos a falar do final da década de 1980, havia falta de professores qualificados, como estamos a ter agora, e eu estava a aprender uma área que não tinha assim grande perspetiva.
- Mas, nessa inconsciência, resolvi ainda dar um passo mais à frente, que foi fazer o estágio científico também na área da Antropologia. E nessa altura vacilei entre o estudo do vivo – como nós dizemos em gíria da disciplina – ou do esqueleto. Mas depois

entusiasmei-me mesmo com o esqueleto, com a área de evolução humana, não propriamente com aquilo que faço agora. Claro que acabei o estágio e não havia qualquer perspectiva de emprego, e, portanto, concorri nos miniconcursos, uma possibilidade que existia à época, para poder dar aulas no Ensino Básico e Secundário do 5.º ano até o 12.º. Não tinha habilitações próprias, mas como havia muita falta de professores, isso era possível. Nessa experiência percebi duas coisas: uma é que realmente não tinha muita paciência para tratar com crianças tão jovens, quando algumas delas não queriam aprender. E por outro lado, estava, “enamorada” da antropologia. E por isso, acabava a minha atividade letiva nas escolas, e ia para o Departamento de Antropologia voluntariamente estudar esqueletos humanos.

- 3 E aí foi o segundo momento de sorte. É que, entretanto, havia planos de abrir uma licenciatura em Antropologia. Por acaso, apercebi-me há pouco tempo que já tinha havido uma tentativa em 1974, não sei os pormenores, que acabou por não vingar. Mas o Professor Laranjeira Rodrigues de Areia, com outros colegas do Departamento, conseguiram que finalmente a licenciatura fosse aprovada, e em 1992-1993 abriu esta licenciatura. Entretanto, se ia abrir uma licenciatura, até os colegas que estavam, que eram os meus professores, assistentes – essa figura de assistente e assistente estagiário que existia –, também precisavam de substituição para acabar os seus doutoramentos, precisamente para se poder ter uma licenciatura, porque não havia corpo de doutorados suficientes. Então abre um lugar para a área da Antropologia biológica, e eu concorri, e acabei por ficar. E aqui estou, passados 30 e tal anos.
- 4 Portanto, desde sempre estudei o esqueleto humano. Depois percebi que a evolução humana não era para mim, não vale a pena dizer porquê, penso eu, mas comecei a estudar esqueletos de populações, maioritariamente dos últimos 2000 anos, procurando saber algumas informações sobre aquelas pessoas, do que é que morriam, como é que viviam, como é que sobreviviam nos determinados locais, que práticas funerárias tinham, etc. E também leciono, grande parte do ensino que faço é nessa área, no estudo tradicionalmente chamado de antropologia física. Hoje, designamos antropologia biológica, precisamente porque esta vertente do estudo físico e dessa interpretação muito à letra do aspeto físico e da classificação posterior em “raças” não faz sentido. Há várias décadas que sabemos não existirem raças na nossa espécie, assim, usamos antropologia biológica por uma questão mais neutral e porque na verdade não se fazem muitos estudos métricos, quantitativos, craniométricos, osteométricos, etc.
- 5 Hoje em dia a área que eu trabalho também pode designar-se como bioarqueologia, precisamente porque há esta articulação com os trabalhos arqueológicos, e aqui tanto a bioarqueologia como a antropologia biológica podem ser designações quase que sinónimas e vão depender das escolas dos países. Por exemplo, no Brasil é mais usada a bioarqueologia, e aqui em Portugal, precisamente pelo percurso das instituições, utilizamos mais a antropologia biológica, mas no final estudamos todos os mesmos esqueletos e com os mesmos objetivos.
- 6 Durante o meu percurso no Departamento, a determinada altura, e porque existia o Museu Antropológico, que tinha sido uma secção do Museu Histórico Natural – ao longo dos anos foi mudando a designação, existiu o Museu Antropológico, independente ou como secção do Museu de História Natural e que era uma unidade orgânica da Faculdade de Ciências e Tecnologia [Universidade de Coimbra] – foi-me pedido – normalmente era por proposta da Comissão Científica – que coordenasse esse Museu. E, portanto, foi já numa fase muito transitória. Eu costumo dizer que o Museu já estava

moribundo, no sentido em que já havia o plano de ser extinto – o Museu Antropológico e o Museu de História Natural –, porque já estava em planeamento a abertura do Museu da Ciência.

- 7 Mas, ainda assim, entre 2006 e 2010 fui coordenadora do Museu. E daí também uma aproximação, não tanto aos esqueletos, porque, nestas últimas décadas, sempre estiveram ligados ao ensino, mas às questões museológicas. Inicialmente, as coleções osteológicas identificadas estavam alojadas no Museu de História Natural, na secção de Antropologia, porque o ensino estava dentro do próprio Museu. Barbosa Sueiro referiu que Bernardino Machado [1851-1944] criou o Museu [de Antropologia] anexo à disciplina de Antropologia.²
- 8 Com a criação da licenciatura, as coleções começaram a ser usadas no ensino, e atualmente estão à guarda do Departamento de Ciências da Vida. Costumo dizer que são da Universidade de Coimbra, porque os departamentos e os museus mudam de nome, a instituição é que fica e, na verdade, é património da Universidade.

EN e PRM – Então, é nesse momento que o seu percurso se cruza com os museus, na verdade, com as coleções e exposições museológicas, na altura em que assume a coordenação do Museu de Antropologia?

- 9 ALS – Sim. Havia também uma proximidade muito grande entre as pessoas que eram funcionários do Museu e as pessoas que eram funcionários do Departamento de Antropologia, porque partilhávamos o mesmo espaço. A minha “vizinha” do gabinete ao lado, por exemplo, era a curadora do Museu, mesmo quando eu não tinha funções de coordenação. O diretor do Museu, durante algum tempo, era o diretor do Departamento. Então, se era montada uma exposição, toda a gente ajudava. Quer dizer, havia essa relação profissional e até pessoal, de amizade, e, portanto, era natural essa ligação.

EN e PRM – Como é que esse encontro fez a ALS perceber a existência desses restos humanos nas instituições museológicas. Ou seja, uma coisa era a ALS como estudante, investigadora, docente, que utilizava esses restos humanos como matéria de ensino e aprendizagem. Como é que passa a ser a sua abordagem a partir do momento em que deixa de estar apenas relacionada com o ensino, para passar a estar mais relacionada com uma outra dimensão mais pública, que pressupõe uma das dimensões dos museus? Como é que isso altera a sua relação com esses restos humanos?

- 10 ALS – Para dizer a verdade, não tenho assim presente quando é que estas questões que se debatem hoje começaram a surgir no meu pensamento. Na realidade, nós, por exemplo, no Museu Antropológico, nas exposições que se organizavam, habitualmente não se expunham esqueletos. Não por qualquer impedimento, mas porque naquele momento, não havia qualquer discurso expositivo que envolvesse essa exposição. E dentro daquilo que era o Museu, existiam poucos vestígios humanos, na realidade.
- 11 Mas, de qualquer modo, eu diria que desde sempre, ou quase sempre, comecei a ir com os alunos, até do primeiro ano, numa cadeira de “Introdução à Antropologia Biológica”, às reservas do Museu. E, precisamente em colaboração com as colegas do Museu, escolhíamos alguns objetos e também mostrava os corpos mumificados que lá existiam, uma cabeça que tinha sido estudada, etc. E, portanto, desta ligação entre o que se podia aprender do ponto de vista biológico, e o que culturalmente, também se podia saber dessas pessoas. Um pouco nesta interface entre a área de Antropologia Biológica e a

Antropologia Social e Cultural. Então, o meu contacto com esqueletos, ou com partes de esqueletos, foi sempre nesta perspetiva: nós como seres biológicos e como seres culturais. E acho que esse foi o percurso.

- 12 Claro que à medida que os tempos passam, vamos fazendo leituras para a preparação de aulas e começam a surgir realmente situações muito complicadas. Uma das quais, talvez em 1999, em que tive o meu primeiro grande contacto com a questão do repatriamento, no *World Archaeological Congress*, em que fui apresentar um trabalho. Uma boa parte dos participantes no congresso ficou nas instalações da Universidade da Cidade do Cabo. O que foi muito bom, porque conheci umas pessoas que tinham vindo da Austrália, representantes de comunidades indígenas, e que tinham feito uma apresentação que eu, por sinal, tinha assistido, e que reivindicavam a devolução de uns esqueletos que tinham sido de umas pessoas que foram literalmente caçadas, e foram levadas para o Reino Unido, mostradas e exibidas como não-humanas. E, portanto, este grupo reivindicava a sua devolução, precisamente porque estas pessoas foram usadas e foram deslocadas contra as suas vontades e exibidas de uma forma nada digna. O que me sensibilizou imenso estar a assistir a esta apresentação e as ilustrações, etc. À noite, depois dos trabalhos, quando me aproximei do senhor que tinha feito a apresentação, constatei também que havia um desconhecimento do que é que nós fazemos em termos de estudo. Ou seja, que informação é que podemos retirar do estudo dos esqueletos? E isso tentei explicar da melhor forma. Os meios de comunicação, na altura, ainda eram muito limitados e, portanto, perdi o contacto. Não sei o que se passou. Mas isso alertou-me para o facto de nós, que estamos na ciência, eventualmente, entusiasmamo-nos por esta área de trabalho, e é fascinante, mas temos que fazer a paragem e pensar do outro lado, seja na Austrália, seja aqui, em Coimbra, não importa. E agir do mesmo modo, obviamente, respeitando as leis de cada país, mas à parte dessa questão, eticamente, usando os mesmos princípios, quer se esteja a estudar um esqueleto que foi aqui encontrado, em Coimbra, ou noutra parte qualquer do mundo. Mas, por outro lado, há, efetivamente, algumas situações que são completamente abomináveis e que não há reparação possível, obviamente, para o que estas pessoas sofreram.

- 13 Eu penso que a história não pode ser apagada. Aí tenho uma visão que, eventualmente, não sou tão extremista ou tão politicamente correta como parte de outros colegas, que, obviamente, respeito. Eu acho que não se altera o passado, mas deve-se falar dele e, de alguma maneira, tentar não omitir pormenores e revelar que, efetivamente, são outros tempos. Temos é que não repetir esses erros e, ao mesmo tempo, tentar, de algum modo, manter em memória estas situações e agir, também, eventualmente, de forma diferente, cada vez com mais cuidados no presente.

EN e PRM – Então, quando a ALS refere que não é muito radical, significa que existem diferentes posicionamentos, uns mais extremistas do que outros. De que posicionamentos estamos a falar? Ou seja, como os museus se posicionam perante os pedidos de restituição, destruição, dessacralização de restos humanos? E que implicações têm tido no modo como os museus expõem e interpretam as suas coleções?

- 14 **ALS** – Há pessoas que defendem que tudo o que não foi encontrado no território nacional – sejam vestígios osteológicos humanos ou corpos, corpos mumificados ou preservados de outro modo qualquer – deve ser devolvido aos seus locais de origem, ponto final. É esta perspetiva que eu digo que sou contra. Há outro extremo, que defende que nada deverá sair do sítio onde está. E que se está cá, então faz parte da

nossa história. Eu penso que não podemos ter estes extremos. Acho que temos que pensar num caminho entre estes extremos.

- 15 Em determinadas circunstâncias e, eventualmente, naquelas em que esse grupo de australianos reivindicavam a devolução e o reenterramento do esqueleto, eu posso entender essa reclamação, desde que não haja um aproveitamento político, qualquer que seja, desse ato. E, muitas vezes, houve um aproveitamento em vida, num sentido, e depois há um aproveitamento deste ato que, supostamente, é a reparação e que acaba, na minha opinião, de ser, também, criticável ou menos ético, ou para responder mais a agendas pessoais do que propriamente às pessoas que estamos a falar. Por exemplo, como o caso do Charles Byrne (1761-1783), um jovem irlandês que tinha um tumor benigno que lhe causou um aumento da estatura e que ele manifestou o desejo de não ser estudado. Também, temos que ver que, nesta altura, não era aceite pela religião as autópsias e, portanto, quem era autopsiado eram as pessoas que tinham alegadamente cometido algum crime, ou eram pessoas sem abrigo, etc. E, portanto, como não havia famílias que reivindicassem esses corpos, esses corpos eram estudados. Então, havia aqui também uma carga muito negativa para o estudo do esqueleto, do corpo *post mortem*. E, mais uma vez, se a autópsia fosse uma prática comum para pessoas de bem e se tivesse sido explicado ao Charles, como ele era uma pessoa de bem, que o seu corpo poderia ajudar a perceber a doença e até a tratar outras pessoas, será que ele teria negado o estudo? Não sabemos, claro que não sabemos! O que sabemos é que ele tinha “pânico” do seu corpo ser estudado e, por isso, pediu para ser atirado ao mar para ter a certeza que não iria ser estudado, porque havia um cirurgião que era conhecido por pagar para serem desenterrados os cadáveres para depois os estudar. No percurso para o mar, esse médico pagou para que o corpo fosse roubado e, portanto, o que foi atirado ao mar foram pedras dentro do caixão e ele efetivamente foi estudado e foi exibido no Hunterian Museum até há bem pouco tempo, até que o Museu fechou e agora na sua reabertura, está guardado em reserva, não está em exibição. Nestas circunstâncias, questionamos até que ponto é que se deve manter um esqueleto que já contribuiu muito para a ciência e que, obviamente, tem sido estudado também com respeito, mas efetivamente sabemos que foi contra a sua vontade. Isto é uma situação muito complexa, e uma coisa eu sei, eu não queria ser diretora do Museu, porque efetivamente é muito complicado.
- 16 Penso que fazer uma réplica 3D ou exibir, o quer que seja, estamos na mesma a exibir vestígios deste homem que não queria ser estudado. Portanto, eu aqui já sou um bocadinho mais radical, acho que se consideramos que não é ético expor o esqueleto ou alguma parte, então também penso que réplicas, impressões 3D ou o que seja, estamos a fazer a mesma coisa. E, portanto, nestas circunstâncias em particular, em pessoas que sabemos a sua história e que houve circunstâncias muito adversas na sua vida, eu penso que se pode ponderar efetivamente, caso a caso, o enterramento ou a devolução.
- 17 De resto, a ciência evolui com o estudo, com o conhecimento. Estudamos de forma respeitosa, cada vez mais, tendo mais cuidados. Há uns anos, para se fazerem análises de ADN ou para se fazerem outras análises químicas, tínhamos que utilizar grandes bocados de osso. Hoje em dia, as técnicas permitem, algumas já nem são destrutivas, também há um código, digamos assim, de tentar destruir o menos possível. As amostras que se tiram da raiz de um dente permitem fazer análises de ADN. Então, cada vez é menos invasivo. Estamos a gerar conhecimento útil também para os povos originários, que reivindicam o repatriamento ou o enterramento de vestígios de pessoas muitas

vezes mortas de forma muito violenta, para levar a cabeça e ter mais uma “raça” no expositor. Mas, obviamente, isso é totalmente condenável, é horrível, é arrepiante.

- 18 Lembro-me de uma situação de colegas argentinos que têm tido contacto com populações descendentes dos esqueletos que estudam e, efetivamente, houve um bom diálogo, que pode ser vantajoso, inclusivamente, para esses grupos perceberem há quanto tempo estão naquele local. Porque as pessoas sabem que sempre viveram ali. Mas quando se percebe que há mil ou dois mil anos, ou há três mil anos, essas pessoas já ali estavam, então isso também pode ser um motivo de reivindicação dos seus direitos, que muitas vezes continuam a ser esquecidos ou ignorados. Então, se houver diálogo, isso tudo é possível.
- 19 Mas, por outro lado, há um outro exemplo dos Estados Unidos, em que foi encontrado um esqueleto, conhecido por homem de Kennewick, datado com cerca de 9 mil anos e que foi impedido o seu estudo pelas comunidades nativas e também pelo Corpo de Engenheiros do Exército. De tal maneira, houve aqui uma sintonia das duas partes. Neste caso, são atitudes extremas, mais uma vez, que levaram a que o sítio arqueológico fosse destruído e que, finalmente, depois de alguns estudos, o esqueleto fosse enterrado.
- 20 Na minha perspetiva, quando estamos fora dos assuntos, temos sempre muitas opiniões. Quando estamos dentro dos assuntos as coisas nunca são tão lineares. Mas havia por parte dos investigadores a ideia de que as populações nativas americanas daquele local não estavam interessadas no estudo, porque poderia ser provado que existiam outros grupos antes deles, mais antigos, e, portanto, poderiam perder todos os seus benefícios por serem povos originários, e isso envolve milhões de dólares. O que acaba por ser uma coisa que, na minha perspetiva, não fará tanto sentido. Uma coisa é certa, quando os europeus chegaram ao continente americano, em 1492, eram aquelas pessoas que lá estavam, e foi aquelas a quem lhes foi retirado os locais mais férteis ou que lhes foram destruídos os seus locais de culto, etc. Eles é que lá estavam. Se existiam antes deles outros, existiam certamente. Se há esqueletos no Brasil com 13 mil anos ou com 15 mil anos – há autores que apontam cronologias ainda mais antigas –, se o que se sabe, até hoje, é que a colonização do continente americano se fez pelo norte, então se no Brasil existem vestígios humanos com 15 mil anos, como são alguns milhares de km, ainda por cima o homem de Kennewick foi encontrado no estado do Washington, no norte, portanto certamente nada de surpreendente que lá houvessem esqueletos com 9 mil anos. Surpreendente seria com 25 mil anos, para toda a América e para o mundo.
- 21 Então é esta falta de capacidade de diálogo que nós humanos temos, que também nos acompanha ao longo dos milhares de anos que cá estamos na Terra, faz com que depois se perca efetivamente a oportunidade de estudo e de conhecimento do nosso passado. Isto para quem se interessa por essa área, também podem perguntar qual é o interesse disso para a humanidade, é um direito como outro qualquer.
- EN e PRM – Sobre a formação das coleções, como já foi dito, muito delas são constituídas por esqueletos, mas não só. São, também, constituídas por diversos tipos de vestígios humanos, o que inclui muita coisa. De que vestígios humanos estamos, concretamente, a falar?**
- 22 **ALS** – Na área da bioarqueologia ou da antropologia biológica, trabalhamos maioritariamente com esqueletos provenientes de escavações, mais ou menos completos, e nessas escavações às vezes encontram-se objetos fabricados com o osso humano. Depois temos outro tipo de esqueletos que são aqueles que nós chamamos de

identificados; e são pessoas que para as quais sabemos informações, nomeadamente, o sexo biológico, da idade à morte, a causa de morte ou a profissão, podem até existir mais dados, depende das coleções, e que são extremamente úteis porque se nós tivermos um conjunto de esqueletos, desde recém-nascidos até pessoas idosas, podemos ver as alterações que esses esqueletos têm em termos de tamanho, de forma, alterações da dentição, problemas degenerativos, etc. E essas informações obtidas nesses esqueletos cujos dados biográficos são conhecidos, depois permitem estimar a idade à morte dos indivíduos provenientes de escavações ou até em casos forenses, ou se sabemos as doenças ou a causa de morte, se deixaram marcas nos ossos, então podemos identificar essas doenças, mesmo que não tenham sido causa de morte, noutros esqueletos mais antigos.

- 23 Na maioria dos casos, estas coleções, existem centenas a nível mundial, são constituídas por esqueletos de pessoas que não autorizaram que o seu esqueleto fosse estudado. São pessoas que foram enterradas, nalguns casos, outras nem foram enterradas, morreram em instituições e depois o seu corpo foi tratado para extrair o esqueleto, outros são resultado de autópsias, etc. Os esqueletos identificados são maioritariamente de pessoas que por não terem vínculos familiares, sociais, ou pelas famílias não prestarem culto às sepulturas, e por isso estarem abandonadas, por haver necessidade dos cemitérios de reutilizar esse espaço, porque eles são finitos. Esses esqueletos, ou crânios, ou partes dos esqueletos, têm integrado coleções um pouco por todo o mundo, com este objetivo de ensino e investigação e, por isso, as leis permitem a sua constituição.

EN e PRM – Mas quando falamos de restituição de restos humanos, o que tem sido reivindicado?

- 24 **ALS** – Que eu saiba, as reivindicações a nível mundial, são maioritariamente ao Reino Unido, das suas antigas colónias, um pouco por todo o mundo.
- 25 Eu penso que as pessoas reivindicam os esqueletos ou os crânios. Que eu saiba – mas não fiz uma pesquisa apurada sobre o assunto –, devoluções de partes de pele ou de órgãos, etc., são menos reivindicadas. Apesar dos museus, e em particular nos museus de anatomia, de anatomia patológica, existirem órgãos e peças ósseas.
- 26 Atualmente, usar o termo *peças* pode ser problemático. E aqui mais uma vez há algum desacordo. Por um lado, há uma corrente que considera que não devemos falar de partes de uma pessoa como um objeto e, portanto, essa tentativa de não falarmos como se fosse uma parte sem fazer referência à pessoa. Por outro lado, também podemos dizer que essa pessoa merece o seu anonimato e não temos de dizer que aquele órgão é da pessoa A, B ou C. Então, isto são assuntos complicados e que não há solução para eles. Inclusive, no Smithsonian (EUA), houve uma reunião com vários investigadores, em que precisamente tentaram estabelecer algumas diretrizes, e na verdade não conseguiram porque, por exemplo, estamos aqui três pessoas e provavelmente se nos deparássemos com uma determinada situação, poderíamos ter três visões diferentes. Cada pessoa pensa de forma diferente, ainda bem!
- 27 Como exemplo podemos referir Sarah Baartman (1789-1815), mulher sul-africana, cujo esqueleto foi repatriado em 2002. Após a sua morte, o corpo foi autopsiado e foi preservado, não só o esqueleto, como várias partes, os órgãos, etc. Há uns anos saiu uma notícia³ que deixava “a porta entreaberta” para que alguns dos frascos com partes do seu corpo não tivessem sido entregues. Desconheço se foi o caso e a ter acontecido pode haver uma explicação que nada tem a ver com a não entrega deliberada.

EN e PRM – Conseguimos enquadrar historicamente e cientificamente a existência destas coleções, mesmo nos dias de hoje. Mas o que justifica a exposição desses vestígios?

- 28 **ALS** – Sim, eu penso que há várias justificações. Desde que a exposição de um crânio ou de um osso ou de um esqueleto, ou de um conjunto de ossos seja utilizada para transmitir informações, para que o público perceba como é que estes ossos ou estes esqueletos ajudaram a perceber como é que eram aquelas pessoas, como é que viveram, quais eram as suas práticas culturais, etc., pessoalmente, não vejo qualquer impedimento.
- 29 Considero que deve haver, à entrada dessa sala, uma informação prévia a dizer que estão expostos esqueletos, corpos, órgãos, para que os visitantes possam optar por entrar ou não. Depois, devem ser expostos com dignidade, de maneira explicativa, com um discurso expositivo. Não é para surpreender, não é para assustar, não é para incomodar de forma nenhuma. Acho que isso deve ser combatido. Mas, expor para mostrar o contexto em que foi encontrado e as informações que se podem aprender, para mim, não vejo qualquer problema. No entanto, alguns museus optaram por retirar das suas exposições corpos mumificados, ossos ou outras partes do corpo.
- 30 Há outra questão que ainda não falei, que é sabermos como esses vestígios humanos ou os objetos chegaram aos museus. As questões éticas discutem-se não só com esqueletos humanos, mas com objetos de mais variada natureza. Se resultaram de roubos, de compras ilícitas, etc., obviamente que têm de ser tratadas de outro modo e se for entendido que devem ser mantidos no museu, deve ser explicado ao público como é que as coisas aconteceram. Mas os museus também possuem objetos que foram obtidos de forma legal ou que foram ofertas.
- 31 Uma situação que podia ocorrer, há 100 anos, era a oferta entre colegas de, por exemplo, um crânio de um sítio arqueológico. Ofertas e permutas de vestígios entre colegas. Isso eram coisas naturais que se faziam entre investigadores ou, às vezes, as pessoas iam escavar para outros territórios que não eram os seus de origem e também faziam essas ofertas. E aí a coisa complica.
- 32 Penso que não se pode perder o contexto. Deve-se tentar saber como é que chegaram, em que circunstâncias, antes de se enveredar pelas devoluções ou pela não exposição. Porque aí estamos, outra vez, a voltar ao século XVIII, ou até mais atrás, num determinado contexto particular, porque também não era por todo o mundo, que fazer uma autópsia seria um procedimento para as pessoas que não tinham comportamentos morais e sociais adequados, considerados adequados para a sociedade. Não queremos voltar para isso. Digo eu, eu não quero.

EN e PRM – Em que medida a existência dessas coleções e a sua exposição colide com o pensamento atual centrado no respeito dos direitos humanos? Existe algum código de conduta atual para a gestão dessas coleções?

- 33 **ALS** – Sim. O ICOM (Conselho Internacional de Museus) tem algumas diretrizes. Estão a rever o seu Código de Ética e obviamente que este assunto está a ser considerado. Nós seguimos o Código de Ética da American Association of Biological Anthropology e da British Association for Biological Anthropology and Osteoarchaeology, que são associações internacionais que estudam esqueletos humanos. E algumas destas diretrizes são bastante recentes. Estamos a trabalhar com pessoas. São pessoas que estão mortas, mas são pessoas. Então, obviamente, temos de ter preocupações éticas. E

cada vez mais, até nas publicações. Escrevi vários artigos sobre estudos em indivíduos de coleções identificadas e pela primeira vez, no ano passado, pediram uma declaração acerca da ética para publicar o artigo. Escrevemos umas frases para justificar, precisamente, o contexto. E está escrito no artigo que todos aqueles esqueletos, a coleção está de acordo com as leis éticas do meu país, etc.⁴ Portanto, é uma coisa muito recente, a forma intensa como está agora a ser tratado.

EN e PRM – Como essa discussão tem sido conduzida em relação às coleções que existem em Portugal e que implicações tem tido no modo como os museus se posicionam frente aos pedidos de restituição, destruição, dessacralização de restos humanos?

- 34 **ALS** – Que eu saiba não tem havido pedidos. Nós, enquanto Museu Antropológico, Museu de História Natural, não recebemos. Não sei se aqui em Coimbra, se o Museu da Ciência recebeu algum pedido, que eu saiba não. Penso que genericamente não têm sido feitos pedidos. Há alguns grupos de trabalho que preconizam a devolução incondicional de tudo que não é do território nacional.
- 35 Eu acho, por variadíssimos motivos, precisamente porque alguns foram adquiridos, temos provas de que foram conseguidos de formas legais, em ofertas, em compras – e agora eu nem estou a falar dos esqueletos, mas estou a falar genericamente de objetos que se encontram nos museus. Foram ofertas, às vezes, a determinada pessoa, por sua vez, os seus herdeiros venderam ao museu. Quer dizer, é um processo do mais legal, lícito possível. Por outro lado, acho que se deve conhecer a história, tentar saber a história, tentar perceber a legitimidade dessas peças, no local onde se encontram.
- 36 Penso que as devoluções, a ocorrerem, devem ser feitas com muita cautela. Obviamente que assaltos acontecem em todo o mundo, mas quanto maior exposição mediática houver, maior será a probabilidade de existirem roubos. As jóias da Coroa Portuguesa foram roubadas num museu dos Países Baixos, durante uma exposição que chamou muita atenção.
- 37 Então, quando se fazem grandes manobras de divulgação do repatriamento, também estão a pôr em risco as peças, independentemente das condições de segurança que possam existir, ou não, na sua devolução.
- 38 A devolução só por si, não me parece correto. Não sou intransigente quanto à devolução, mas penso que se deve refletir e verificar as circunstâncias. A devolução, o repatriamento, ou, no caso de corpos humanos, o reenterramento, só porque sim, aí sou contra. E penso que não estamos a gerir bem a ciência e o conhecimento, nem tampouco a dignificar mesmo essas pessoas, não me parece.

EN e PRM – E essa discussão tem impactado de algum modo a maneira como os museus portugueses têm trabalhado as coleções com vestígios humanos?

- 39 **ALS** – Eu penso que sim. Essa é uma discussão que é mundial. Não me parece mal se todos refletirmos sobre os nossos atos. Eu penso que não tem havido impedimentos de estudo, mas, noutros países, isso já aconteceu. Os próprios museus não autorizam o estudo, não querem divulgar com esse receio de repatriamento e de reenterramento. E, mais uma vez, estamos a fazer com que a ciência, o conhecimento não evolua por causa do receio dos museus em divulgarem aquilo que deveriam divulgar, obviamente, e autorizar o estudo.
- 40 Passamos, de algum modo, até à década de 1980, 1990, de não haver quaisquer direitos das populações de determinados locais sobre os seus locais de culto, etc., de uma visão

com preocupação com o conhecimento, para uma visão em que já não se pensa no conhecimento, no desenvolvimento científico, independentemente do que aconteceu ou da proveniência dos objetos. Isso também cria outras questões. Quando foram as invasões francesas, as tropas napoleónicas levaram para França objetos que estavam em Portugal, inclusivamente do Brasil, e lá estão. Então, neste momento, e sendo a França, o presidente [Emmanuel] Macron uma das primeiras pessoas que levanta esta questão, não da perspetiva de quem reivindica a devolução, mas de quem é uma potência colonial – e ainda continua a ser o país europeu com mais territórios fora do continente europeu –, com uma entrega simbólica de algumas peças ao Benim, não falou em devolver a Portugal, ou diretamente ao Brasil e a outros países, porque são objetos, a fauna e flora de vários locais que levaram. Então, é efetivamente muito complexo. Não é uma questão de manter o *status quo*, de dizer “ah, não vamos fazer nada, isto está assim, não se mexe”. Obviamente, acho que sim, deve-se discutir, deve-se pensar, mas analisando as coisas, eu diria, com cuidado, mas sem grandes paixões. Porque depois ficamos toldados pela realidade.

EN e PRM – Isso leva-nos a questionar se essa discussão e as respostas com a restituição dos restos humanos que fazem parte das coleções dos museus – assim como, outros objetos reivindicados – tem sido, de certa maneira, instrumentalizada por processos políticos mais amplos.

- 41 **ALS** – Sim! O próprio esqueleto e alguma parte do corpo da Sarah Baartman, foi devolvido numa altura em que o Nelson Mandela era presidente e na sequência de visitas de Estado, obviamente um momento muito particular da história mundial, não é só da história da África do Sul. Porque anteriormente essa reivindicação já tinha sido feita. Mas a explicação para a recusa do governo francês é que se tratava de um bem inalienável do Estado. Foi no contexto da visita e da pessoa que era Nelson Mandela, que realmente isso foi possível. Mas, obviamente, não estou a dizer que houve um aproveitamento da parte de Nelson Mandela, mas há aqui um momento político muito particular.
- 42 Também há outra coisa que quero dizer, é que quando, neste caso, eu estou a opinar sobre situações da África do Sul ou de outro local qualquer, ou de um grupo de pessoas diferentes daqui, do meu país, onde eu mais ou menos conheço o modo de vida, tenho de reconhecer que mesmo podendo ter boas intenções nas minhas análises, eu não tenho a experiência do contexto colonial, etc.
- 43 Por um lado, acho que devemos aprender com outras situações, mas também não devemos chegar ao extremo, como já está a acontecer nos Estados Unidos cuja tendência para que as escavações de determinados grupos sejam realizadas apenas por pessoas desse grupo. Então, sim, com certeza, eu não sei o que é viver em Portugal e ter uma pele mais escura, isso não sei. Eu queria que não houvesse diferença no tratamento das pessoas, mas certamente existe. Ou falar um português do Brasil ou falar um português de Portugal, para mim não devia haver diferença nenhuma, mas, provavelmente, quem fala português do Brasil já tem uma opinião diferente da minha. Então, temos de ter essa consciência, há aquilo que nós julgamos e depois há o que as pessoas vivem.
- 44 Agora, se agirmos com os mesmos cuidados, independentemente de quem e onde estamos a escavar, eu penso que poderemos, e a ciência é tendencialmente mais global e internacional, trabalhar em equipas interdisciplinares, internacionais, com os nossos pares, que têm as mesmas preocupações, querem resolver as mesmas questões, têm as

mesmas perguntas do que nós. Mas, se por um lado, podemos também perceber que noutros contextos, pode ser aqui já na vizinha Espanha, não tem que ser sequer noutro continente, têm outra perspetiva do que se passa naquele local que eu não tenho porque não vivo lá, e isso tem que ser, obviamente, tido em conta – aspetos culturais, etc.; por outro lado, também não podemos cair no extremo de que só pode escavar em Espanha alguém que nasceu em Espanha. Ou só pode escavar em Portugal e estudar esqueletos em Portugal alguém que nasceu e/ou que vive em Portugal.

EN e PRM – Como é que tem levado todas essas questões, muito controversas, para a sala de aula e que perspetivas têm trabalhado para o desenvolvimento de um pensamento, então, mais crítico, ético, na formação de jovens cientistas, antropólogos?

- 45 **ALS** – Desde logo, leciono uma cadeira do primeiro ano, primeiro semestre, e, precisamente, nessa disciplina, os estudantes têm de manusear ossos e eu começo por dizer isso mesmo, são ossos, são ossos de pessoas. Essas pessoas não deram autorização para aqui estar, chegaram aqui de formas diferentes, de escavações, etc. E, portanto, antes de eles começarem a estudar o esqueleto e a tocar no esqueleto, obviamente que tento explicar isso.
- 46 Essas questões do repatriamento, do reenterramento, etc., não só dos esqueletos humanos, mas também de objetos, porque continuo a ir ao museu para que vejam alguns objetos, também são apresentadas em sala de aula e tento gerar discussão. Tento, obviamente, não manifestar a minha opinião, apresento os factos, os dados, e eles vão ter que opinar sobre o assunto. É interessante ver como, inclusivamente, quanto mais dados forneço sobre determinada situação, a opinião das pessoas [estudantes] muda. Portanto, quando se dá pouca informação há uma primeira resposta, quando se fornece mais elementos, essa resposta já pode mudar ou as pessoas manifestam a dúvida sobre qual seria a sua decisão.
- 47 Eu digo assim: “– Imaginem que vocês daqui a uns anos, acabam o curso e podem ser responsáveis por um museu, podem ser diretores de um museu. Então, como é que agiriam? Vamos imaginar que vocês são os diretores de um museu onde está o Charles Byrne, ou onde está alguém, outra pessoa qualquer, outra situação...”. Dependendo das turmas, como em qualquer grupo, há pessoas que têm mais capacidade de argumentação e conseguem levar outras no seu raciocínio. Se é uma turma um pouco mais calada, a coisa torna-se mais difícil. Deixo sempre que seja a opinião deles e quando faço perguntas nos testes, obviamente, eles têm de apresentar argumentação, para o seu ponto de vista. Mas, obviamente, não dou soluções, até porque também não as tenho. Isto é um assunto que é discutido a tão variados níveis institucionais e internacionais, como o ICOM, etc., e é tão complicado, pois ninguém tem solução. Mas temos é que alertar para isso.
- 48 A mesma coisa depois nos cursos já de mestrado. Já agora, ainda neste ano, porque agora no primeiro semestre há uma dessas disciplinas, a maioria das pessoas é a favor da exposição. A maioria também refere que o contar a história, o dizer o contexto, é importante. E acho que há esse sentimento de que os museus deviam ter as legendas mais completas, em que se percebesse um pouco mais do contexto de como é que os objetos chegaram a estas instituições. E já não estou a falar só de esqueletos. Mas muitos dos estudantes são favoráveis ao repatriamento, digamos assim, ou à divisão. Por exemplo, há objetos do Brasil, trazidos num contexto de uma viagem filosófica realizada por Alexandre Rodrigues Ferreira [1756-1815]. E os alunos diziam: “– Mas se

temos, por exemplo, cinco máscaras, seis máscaras, ficavam três cá e três iam para o Brasil”. Ou levantam a questão das réplicas, de alguém ficar com réplicas. Acho que, pelo menos em contexto de sala de aula, a maioria das pessoas não têm visões tão afirmativas num sentido ou no outro, o que nos tempos conturbados que vivemos até é bom, é animador. Não haver posições extremadas. Mas, sim, isso tem de ser sempre dito.

- 49 Devo dizer que nunca aceitei que os estudantes fizessem brincadeiras com os esqueletos ou com os crânios em sala de aula. Nunca aceitei isso. Mas, de qualquer modo, hoje em dia falo destes assuntos como tema de aulas. Há 25 anos não falava.

EN e PRM – Muito obrigada, Ana.

BIBLIOGRAFIA

Barbosa Sueiro, Manuel Bernardo. 1944. “Doutor Bernardino Machado: 1851–1944.” *Imprensa Médica* 10 (9): 157–158.

Firmino, Teresa. 2002. “Vénus Hotentote volta à África do Sul.” *Jornal Público*, abril 30. 2002. <https://www.publico.pt/2002/04/30/ciencia/noticia/venus-hotentote-volta-a-africa-do-sul-133636not>

Gomes, Ricardo F. A. M. P., Ana Luísa Santos, Lidia Catarino. 2024. “Using portable x-ray fluorescence elemental analysis to explore porous skeletal lesions: Interplay of sex, age at death, and cause of death.” *American Journal of Biological Anthropology* 184 (4): e24954. <http://doi.org/10.1002/ajpa.24954>

NOTAS

1. Entrevista realizada a 14 de fevereiro de 2025, em formato virtual.
 2. Veja-se Barbosa Sueiro (1944).
 3. Veja-se Firmino (2002).
 4. Veja-se Gomes, Santos e Catarino (2024), em particular a informação contida na secção “*supporting information*” que se localiza no final do artigo em questão.
-

RESUMOS

Ana Luísa Santos é Investigadora e Professora de Antropologia Biológica no Departamento de Ciências da Vida da Universidade de Coimbra, tendo coordenado o Museu Antropológico, entre 2006 e 2010. A partir de uma conversa virtual conduzida por Elisa Noronha e Patrícia Roque

Martins foram abordadas questões relacionadas com os restos humanos em coleções museológicas e sobre o modo como este tema evoluiu ao longo dos últimos anos. São aprofundadas questões relacionadas com o ensino e a investigação de restos humanos em coleções museológicas, incluindo as principais controvérsias e dilemas éticos associados à natureza e proveniência destas coleções. Foi ainda discutida a restituição de restos humanos e a sua circulação, os motivos e as circunstâncias que levaram à constituição das coleções, assim como os propósitos e os modelos expositivos adotados nos museus.

Ana Luísa Santos is a Researcher and Professor of Biological Anthropology at the Department of Life Sciences, of the University of Coimbra, having coordinated the Anthropological Museum between 2006 and 2010. Through a virtual conversation conducted by Elisa Noronha and Patrícia Roque Martins, issues related to human remains in museum collections and how this subject has evolved over recent years were addressed. Questions concerning the teaching and research of human remains in museum collections were explored in depth, including the principal controversies and ethical dilemmas associated with the nature and provenance of these collections. The restitution of human remains, and their circulation were also discussed, as well as the motives and circumstances that led to the establishment of these collections, alongside the purposes and exhibition models adopted by museums.

ÍNDICE

Palavras-chave: Ana Luísa Santos, Museu Antropológico – Universidade de Coimbra, restituição de bens culturais, restos humanos – coleções museológicas, pesquisa de procedência de objetos

Keywords: Ana Luísa Santos, Anthropological Museum – University of Coimbra, restitution of cultural property, human remains – museum collections, provenance research

AUTORES

ANA LUÍSA SANTOS

Doutorada em Antropologia, com especialização em Antropologia Biológica, é Professora Auxiliar com agregação do Departamento de Ciências da Vida da Universidade de Coimbra. Investigadora integrada do Centro de Investigação em Antropologia e Saúde (CIAS), colaboradora do Centro de Ecologia Funcional (CEF) e colaboradora externa da Unidad de Investigación en Bioarqueología y Antropología Forense da Universidade de Buenos Aires. As suas pesquisas inserem-se na Antropologia Biológica, Bioarqueologia e Paleopatologia, em particular no estudo biocultural e multidisciplinar da saúde e doença das populações do passado, história da antropologia e das coleções museológicas. Recebeu o Eve Cockburn Service Award (2021) da Paleopathology Association e o “Heart of PAMinSA” (2023).

Departamento de Ciências da Vida, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Rua Sílvio Lima, Universidade de Coimbra – Polo II, 3030-790 Coimbra, Portugal, alsantos[at]antrop.uc.pt, <https://orcid.org/0000-0001-6073-1532>

ELISA NORONHA

Investigadora Auxiliar do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» – CITCEM/Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Os seus interesses atuais de investigação centram-se na relação entre arte contemporânea, património e envolvimento comunitário, e as suas implicações nas narrativas e discursos museológicos. Doutora em

museologia, colabora regularmente como docente no 2.º e 3.º ciclos em Museologia da FLUP e no mestrado em Estudos Museológicos e Curadorias da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto. Desenvolve também um trabalho mais autoral, que se concretiza com a curadoria de exposições e outras produções artísticas/culturais.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n Torre A, Piso 04150-564 Porto, Portugal, enascimento[at]letras.up.pt, <https://orcid.org/0000-0002-3594-6774>

PATRÍCIA ROQUE MARTINS

Investigadora Auxiliar no Instituto de História da Arte da FCSH/Universidade Nova de Lisboa onde desenvolve o projeto “Narrativas da Deficiência: Como (não) Explorar a Alteridade em Museus e Exposições? Construindo uma Visão para Melhorar o Imaginário Cultural em torno das Pessoas com Deficiência” (FCT – CEEC Individual). É doutorada em Ciências da Arte (2015), mestre em Museologia e Museografia (2008) e licenciada em História da Arte (2001) pela Universidade de Lisboa. É autora dos livros: *Museus (In) Capacitantes. Deficiência, Acessibilidades e Inclusão em Museus de Arte* (Caleidoscópio/DGPC, 2017) e *Representing Disability in Museums: Imaginaries and Identities* (CITCEM, 2018). A sua investigação centra-se nos discursos dos museus, representações e artes da deficiência.

Instituto de História da Arte (IHA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Colégio Almada Negreiros, Campus de Campolide, sala 347, 1070-312 Lisboa, Portugal, pmartins[at]fcsh.unl.pt, <https://orcid.org/0000-0001-6479-0783>